

Movimentos Sociais e Redes Sociais Virtuais em perspectiva comparada

Social Movements and Virtual Social Networks in a comparative perspective

Cláudia Lamy*, Pedro Pereira Neto**

* CIES-IUL - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ESPP), ISCTE-IUL, Portugal

**Professor no ISCTE-IUL e na Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, Portugal

Resumo

As mais recentes tecnologias de produção, transmissão e acesso a informação tornaram possível, na presença das condições adequadas, alterar a visibilidade de algumas preocupações nacionais e internacionais, bem como dos movimentos sociais que muitas ajudaram a espoletar. Países mais ou menos democráticos, mais ou menos autoritários, têm sido colocados perante uma multiplicidade de protestos que, articulados *online*, ultrapassam as barreiras do mundo virtual e (re)assumem presença nas ruas.

Neste artigo, a partir de vários exemplos com diferentes bases de reivindicação, abordar-se-á o papel desempenhado pelas redes sociais virtuais nestas formas de participação política da sociedade civil à luz do seu contexto respectivo, ou seja, considerando igualmente o papel dos Meios Tradicionais de Comunicação e o dos fossos no acesso e utilização de meios digitais.

Palavras-chave: Novos Media, Movimentos Sociais, Protesto

Abstract

The latest technologies of production, transmission and access to information have made it possible, in the presence of the appropriate conditions, to change the visibility of some national and international concerns, and the social movements that many have helped to stimulate. More or less democratic countries, more or less authoritarian, have been placed before a multiplicity of protests that, articulated online, surpass the barriers of the virtual world and (re) assume presence in the streets.

In this article, drawing from several examples with different claim bases, we address the role played by virtual social networks in these forms of political participation organized by the civil society. However, as it happens in só many initiatives in this field, this is not affirmed from an underestimation of the role of Traditional Means of Communication or that of the trenches in the access and use of digital means.

Keywords: New Media, Social Movements, Protest

Introdução

Um pouco por toda a parte os regimes democráticos atravessam um período peculiar, caracterizado entre outros aspectos por sinais de uma profunda crise de participação no seu sentido mais tradicional, quer numa incremental abstenção em actos eleitorais, quer numa não menos significativa redução dos índices de filiação partidária e sindical. Entre as razões mais frequentemente apontadas para tal contexto encontram-se uma desconfiança crescente em titulares de cargos de representação política, uma falta de acesso em condições de igualdade a instâncias de decisão política, a par de uma sub-representação mediática de opiniões consideradas minoritárias, em benefício da promoção de visões redutoras, simplificadoras ou espectacularizadas da realidade política.

Perante este cenário, diversas vozes têm apontado a possibilidade de uma regeneração do tecido cívico e participativo praticável através dos Novos Media, incluindo uma maior pluralidade de temas e de agentes, uma renovação e inclusão de fontes, e uma mais ampla concertação de interesses e consensualização de formas de intervenção política e de reforma social (Pizzorno, 1998: 31). Contudo, e ao contrário do que por vezes parece resultar da gnoseologia tecnológica predominante baseada na exaltação (e nos exercícios por ela permitidos) de um sujeito nihilificado, tal empresa não prescinde da consideração enquadrada do indivíduo, ou seja, da valorização particular do seu contexto, do seu perfil, e da sua intencionalidade. Requer, portanto, não um sujeito nihilificado mas um *homo ampliatur* socio-historicamente enquadrado na sua era ingleharteana de insatisfação representativa democrática.

Esta mesma empresa não é, em si mesma, uma novidade, tendo já sido objecto de trabalho científico sobre aspectos particulares do enquadramento atrás defendido – caso, por exemplo, do trabalho desenvolvido por Memmi (1985). Neste último a intensidade da participação cívica dependeria sobretudo dos contextos sociais, económicos e culturais das/dos participantes, daí resultando uma estratificação que contribui para uma construção verticalizada da participação. Neste sentido apontava já também o trabalho de Verba e Nice décadas antes, reconhecendo uma sobre-representação de certas partes da população tradicionalmente favorecidas – homens brancos, com habilitações literárias superiores e um estatuto sócio-económico elevado – cuja influência política constituía um reflexo das suas condições sociais e económicas (1972: 37).

Estes estudos demonstravam, portanto, que a posse de certos recursos materiais e simbólicos capacitava para uma participação política mais activa, designadamente enquanto exercício de representação democrática: com maior disponibilidade de riqueza material, de formação e de literacias, por exemplo, um indivíduo deterá não somente tempo para causas/iniciativas do seu interesse e para promoção de outras candidaturas, mas também um estatuto social e um capital simbólico / de credibilidade ou competência / aptidão suficientes para impulsionar uma candidatura própria. Contudo, a posse de bens e competências não implica finalidades semelhantes, para as quais se revelam mais decisivos não apenas os valores e o percurso de cada indivíduo mas igualmente o contexto político-económico nacional (e mesmo internacional), variáveis na base de processos de utilização de recursos materiais (Dahl, 1961). Neste sentido, sendo os cidadãos a usar as TIC, as respectivas representações sociais serão referenciais (Milbrath, 1965).

Como tal, ainda que se reconheça uma correspondência entre a capacidade cidadã de compreensão da política e as respectivas capacidades de influência (Kaase e Barnes, 1979), não se revelam

suficientemente explicativas a literacia técnica (equipamentos, infra-estruturas) ou comunicacional (selecção de conteúdos mediáticos): na realidade, o conhecimento e a compreensão do sistema político, respectivas fraquezas e mais valias, afigura-se essencial para uma participação política activa, mesmo quando praticada através de TIC.

Outras dimensões de contexto são igualmente significativas para a participação política: quaisquer meios financeiros ou literacias à disposição do indivíduo não a implicam quando na ausência de liberdade de expressão ou outras liberdades individuais, ambiente no qual a conduta individual pode revestir-se de resignação e não de mobilização ou desafio ao poder. Adicionalmente, outras liberdades e direitos, como o de associação, o de voto, o de acesso a cargos públicos, ou o de acesso a fontes de informação alternativa constituem condições necessárias para uma Democracia que, efectivamente, pretenda sê-lo, ou seja, uma na qual a cidadania se sinta legitimada a envolver-se sem ser na condição passiva de 'espectadora' (Della Porta, 2002).

Objecto de diversos modelos nacionais e internacionais de intervenção e estímulo, a literacia mediática é definida pela Comissão Europeia como «a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos, tendo em conta todos os meios de comunicação social» (Recomendação de 20.8.2009). Reconhecendo-se a importância desta competência, o Parlamento Europeu define-a como "(...) uma parte importante da educação política, ajudando as pessoas a fortalecer a sua conduta, enquanto cidadãos activos, assim como a sua consciência de direitos e deveres (...)" (Resolução de 16 de Dezembro de 2008).

Contudo, mesmo o acesso a esta modalidade literática não constitui condição suficiente: como reconhece Traquina, importa encontrar e praticar um envolvimento regular em assuntos cívicos que não se resuma a uma crítica permanente mas insuficientemente fundamentada e generalizada, que mais não revela que alguma incapacidade ou mesmo incompetência (Traquina, 2002). Deste modo, para a redescoberta e revalorização cívica da participação política, à luz das possibilidades técnicas mais recentes, é necessário considerar não apenas o contexto político-económico ou a posse de literacias que possibilitem a lógica rizomática tantas vezes aludida mas a dimensão de intencionalidade prévia à acção politicamente orientada.

A Participação face à disponibilidade de plataformas digitais

Se afirmação existe que caracteriza as discursividades sobre as múltiplas e contingentes relações entre participação política e tecnologia é a do "impacto" da segunda sobre a primeira, o que significa não apenas a recuperação do primado da *techne* sobre a *civitas* mas de tudo o que de mais determinista se escreveu a propósito do desenvolvimento e utilização de meios de comunicação à distância. Desta feita, e no âmbito do debate sobre a web – especificamente o campo das redes sociais virtuais (boyd, Ellison, 2007) – considera-se de relevância *efectiva* o que, na realidade, é um papel *potencial* ao nível da redução dos obstáculos à participação (Standage, 1999), designadamente em modos mais flexíveis e inferior custo. Contudo, atendendo ao pano de fundo destes debates, eles próprios jogados face a uma normativamente considerada crescente apatia política e cívica em regimes democráticos, se é certo merecem o devido

escrutínio e atenção as perspectivas alegadamente revitalizantes de tal dimensão participativa, não é menos despidendo o imperativo de considerar factores sociais a ela subjacentes, designadamente a idade, o género, a instrução e as diversas literacias que a compõem, para além da existência e contornos de um *habitus* político prévio, sem os quais não é possível aquilatar devidamente quem participa, por que razão o faz, ou se existem marcadas diferenças entre quem escolhe fazê-lo através de redes sociais virtuais e através de meios ditos mais tradicionais.

Segundo Pasquale (2017), mesmo considerando a importância dos espaços virtuais para a visibilidade de vozes minoritárias, o seu contributo para a organização de uma esfera pública nova, crítica, consequente, não permite irrelevar os contextos de poder e a importância decisiva que assumem no que à utilização desses espaços diz respeito, aconselhando uma revisão do optimismo e da hiperbolização a que têm sido sujeitos. Apesar de poderem permitir à sociedade civil participar de debates, nas circunstâncias certas e com os recursos e predisposição adequadas, esta mantém-se submetida a relações de poder existentes fora do meio digital (Pereira, 2011). Assim, sem prejuízo do seu potencial enquanto *locus* de disputa de hegemonia, estes espaços não podem ser desligados dos contextos sócio-históricos em que operam os actores sociais, não considerados como locais nos quais se anulem as desigualdades (Maia, 2001). Como tal, e de acordo com Gramsci (2017: 65), qualquer transformação social ou política requer a transformação das representações da realidade junto dos indivíduos, razão pela qual os movimentos sociais não apenas amplificam as expectativas da sociedade de que emergem como o fazem através de um trabalho de reconstrução e redefinição signífica discursiva (Pereira, 2011).

Um dos principais problemas com a abordagem de fenómenos e contextos de participação é a inexistência de um consenso conceptual sobre o significado da sua prática, dificuldade à qual a diversificação crescente de condutas acresce complexidade (Anduiza et al., 2009). Resulta da leitura de produção científica diversa sobre o tema¹ o reconhecimento da existência de diversas dimensões convocáveis para a compreensão da participação. De modo sucinto, as conceptualizações da participação tendem a valorizar a caracterização a ela prévia em termos de perfis de envolvimento anterior e de recursos disponíveis ou mobilizáveis para ela – antecedentes familiares, grau de instrução, profissão e situação perante o emprego, escalão de rendimentos, género, faixa etária, e desenvolvimento do interesse ou literacia política –, influenciando decisivamente não apenas o perfil de quem participa mas o modo segundo o qual tem lugar.

Se para Verba e Nie (1972: 2) a participação constitui um conjunto de actividades apontadas ao exercício de influência sobre a governação, já para Brady (1999: 737) é importante ir além de tal minimalismo, passando a incluir acções fora do sistema político formal, de forma a abraçar, por exemplo, o trabalho em organizações comunitárias voltadas para questões políticas. Ainda assim, a base destas definições mantém fora da lente aspectos como envolvimento político prévio, literacia política, ou acções com vista a influenciar outras partes da sociedade para além do sistema político formal.

Um outro aspecto que importa manter presente relativamente a debates sobre participação política quando praticada (também) com recurso a plataformas digitais diz respeito à dimensão signífica da expressão *participação política*: se muitas vezes é a natureza do *político* o problema central, com todo o debate e fundamentação conceptual de que se reveste, não é menos relevante questionar o que constitui

¹Cf. Benkler (2006), Norris (2007), Shirky (2008), Park et al. (2009), Baumgartner & Morris (2010), Schlozman et al. (2010), Bond et al. (2012), ou Persson (2012).

uma *acção* quando praticada com recurso a essas plataformas (Segeberg, 2005). Neste plano, aliás, Chouliaraki (2006) recorda a distinção fundamental entre as dimensões de visualização (mais passiva), de carácter participativo mais polémico, e comunicação/acção (de maior envolvimento), mais consentânea com um processo de interpretação, ressignificação, e participação activa. Paralelamente, uma definição mais ampla considera acções dirigidas a instituições além do estado-nação, sobretudo atendendo a que um número crescente de questões políticas se encontra fora da alçada deste, favorecendo-se desta forma uma perspectiva mais próxima da de Dahl (1956), Pateman (1970), ou Leighley (1995), em detrimento, por exemplo, da de Schumpeter (1946) ou de Downs (1957).

Desde os conceitos de participação 'convencional' e 'não convencional' de Barnes e Kaase (1979), muitos novos caminhos têm sido percorridos, de entre os quais Oser e Shalev (2011) destacam a participação 'dirigida às elites' vs aquela 'desafiadora das elites' (Inglehart e Catterberg, 2002), o 'envolvimento eleitoral' vs a 'voz política' (Zukin et al. 2006), a participação "orientada para a cidadania" vs aquela 'orientada para causas' (Norris, 2007), e aquela baseada em prática 'tradicional' vs a de natureza 'emergente' (Stolle e Hooghe, 2011).

Faz ainda sentido considerar no âmbito deste estudo comparativo, por um lado, a existência de estímulos mobilizadores (Bäck et al., 2011), de natureza colectiva ou de índole selectiva, jogando-se os primeiros em torno da percepção/representação de influência efectiva sobre um resultado eleitoral ou iniciativa política como possível e (decorrente da participação, provável), e os segundos ao nível da representação da participação enquanto cumprimento de um sentido de dever, resposta a circunstâncias como o grau de satisfação com a própria vida em termos emocionais, de desempenho pessoal e profissional, ou de rendimento, e necessidade de expressão individual. Em paralelo, considera-se igualmente relevante aquilatar dos recursos mobilizáveis (Teorell et al., 2007), desde aqueles em torno do conhecimento/literacia de carácter político, passando pela disponibilidade de meios económico-financeiros que permitam essa participação, ou a disponibilidade de acesso a meios tecnológicos e respectiva literacia de apropriação e uso.

Novos Media e os Movimentos Estudantis

Chile

a) quadro político-económico

Formalmente extinto o regime de Pinochet, o Chile conheceu um período de significativo desenvolvimento económico e tecnológico, o que o tornou uma referência em termos de transição política para regimes democráticos (Valenzuela et al, 2012: 2). Contudo, tal processo não deixou de aprofundar assimetrias sociais e económicas pré-existentes, quer reforçando a concentração de riqueza numa elite, quer bloqueando processos de mobilidade social ascendente entre a maioria da população.

É perante esta realidade que, em 2006, emerge o movimento social apartidário designado de "*Penguin Revolution*", fomentado em grande medida por estudantes do ensino secundário, reivindicando o aumento da qualidade do ensino público – uma reivindicação à qual, após realização de greves e

mobilização/pressão pública desenvolvida por media tradicionais e novos, o governo de Michele Bachelet acede, legislando nesse sentido (García et al, 2013).

Duas décadas de governo de centro-esquerda mais tarde o ensino público chileno apresentava-se novamente de qualidade débil mas, adicionalmente, como um mecanismo de segregação socio-económica: a frequência de um serviço público alvo de significativo desinvestimento constituía a única alternativa para jovens de famílias carenciadas, sendo simultaneamente privilegiando o apoio à frequência do ensino privado por parte de famílias com maiores recursos².

Em 2011, são mais uma vez discentes a promover o protesto, mas neste caso reunindo actuais e anteriores utentes do sistema de ensino³. Na base desta nova acção colectiva encontra-se não apenas a ausência circunstancial de respostas concretas por parte do governo mas sobretudo a valorização de uma cultura cívica estudantil de oposição política não apenas histórica mas constitucionalmente legitimada, constituindo-se um verdadeiro repositório vivo de memória (Guzman-Concha, 2012).

b) contexto de literacias e apropriação de Novos Media

No contexto nacional chileno são significativos, os índices de acesso e apropriação de novos media: 55,1% de taxa de penetração da Internet em 2012⁴ (66% em 2016⁵), 88,5% de taxa de penetração de dispositivos móveis⁶ (101,6% em 2016), estimando-se a mais elevada média de utilização de redes sociais virtuais na América Latina (cerca de 9,5 horas por visitante)⁷, com uma taxa de penetração específica do Facebook cifrada em 64% em 2013 (68% em 2016⁸) para um total de 10.600.000 utilizadores⁹. Contudo, estes dados revelam-se credores de uma leitura contextualizada uma vez que estes recursos existem há algum tempo e a sua existência não é suficiente para explicar o timing de eclosão e a magnitude dos protestos (Guzman-Concha, 2012).

Tal contextualização implica, por exemplo, o reconhecimento de uma participação política jovem tradicional pouco expressiva desde a década de 80. Na realidade, a juventude chilena parece mais orientada para estratégias e recursos menos tradicionais, designadamente os praticáveis através da utilização de novos meios (Valenzuela et al, 2012), como apontado por Earl & Kimport, segundo os quais as práticas de participação política desenvolvidas com recurso aos novos media são essencialmente três: *e-mobilizations*, processos de circulação de informação e de mobilização online para a acção fora do meio virtual; *e-movements*, eventos organizados e concretizados exclusivamente na esfera virtual; e *e-tactics*, estratégias e modos de acção nos quais se incluem componentes *on* e *offline*.

² "Out of the 65 countries that participated in the PISA tests, Chile ranked 64th in terms of segregation across social classes in its schools and colleges" (García et al, 2013: 3)

³ "The fact that Chilean students, or their families, have to directly pay a substantial share of the costs of their courses has focused attention on the value for money that they receive and their chances of finding a worthwhile career after graduation" (OECD, 2012, in García et al, 2013: 3).

⁴Fonte: Statista, disponível em <https://www.statista.com/statistics/209108/number-of-internet-users-per-100-inhabitants-in-chile-since-2000/>

⁵ Fonte: Internet World Stats, disponível em <http://www.internetworldstats.com/stats15.htm>

⁶Fonte: World Bank, disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/IT.CEL.SETS.P2>

⁷Fonte: Infolatam, disponível em <http://www.infolatam.com.br/2012/06/27/as-redes-sociais-na-america-latina-influencia-e-tendencias/>

⁸Fonte: Internet World Stats, disponível em <http://www.internetworldstats.com/stats10.htm>

⁹Fonte: Top on Social, disponível em: <http://www.toponsocial.com/facebook-pages/cl/>

Centrando-se na promoção de literacia cívica e na mobilização comunitária relativa a causas colectivas (nomeadamente por meio de *hubs* de circulação de informação actualizada), os novos media revelaram-se um instrumento particularmente útil para a acção colectiva no país, em linha com a ligação constatada entre os hábitos de participação cívica ou política e de consumo de media – é nas faixas etárias mais jovens que os índices de consulta de informação online se revelaram superiores – visível numa adesão a protestos superior entre os utilizadores face aos não utilizadores¹⁰ (Valenzuela et al, 2010).

Assim, os protestos chilenos de 2011-2012 apontam no sentido de algumas mutações nas práticas políticas e de consumo mediático (García et al: 2013). Primeiro, redes sociais virtuais como o Facebook predominam agora enquanto espaços de participação política entre os jovens chilenos (ultrapassando a anteriormente bem sucedida blogosfera) sobretudo dadas a facilidade da sua utilização incluindo em processos de mobilização, a fácil agregação e interconexão não apenas de temas mas também de participantes (quer emissores, quer receptores), e o acesso potencialmente imediato a informação. Em paralelo, ainda que o início do protesto decorra de acção predominantemente estudantil não articulada com estruturas de representação política tradicional, o envolvimento de outros perfis e o alcance de outros sistemas estruturados como o político e o mediático é relativamente rápido, reconciliando o mundo virtual com o mundo físico, ou seja, transpondo e materializando no segundo o que tem início no primeiro, no qual as transformações reivindicadas pelo movimento procuram efectivamente produzir-se.

Canadá

a) quadro político-económico

Forma de participação política comum¹¹ e profícua¹² no país, os protestos de 2012 no Quebec constituíram uma resposta à implementação da decisão tomada pelo Governo em 2010 de aumentar de propinas em aproximadamente 75% no espaço de cinco anos. Recorrendo à realização de manifestações e ocupações, e à redacção de petições dirigidas aos órgãos governamentais, as/os participantes sublinharam que a região apresentava historicamente os maiores índices de literacia e menores níveis de endividamento entre discentes, dadas as políticas de acesso e financiamento em vigor no sector (Sawchuk, 2012: 500). Sem prejuízo da criminalização destas acções por parte do Governo¹³, a sua continuidade e visibilidade mantiveram-se, angariando solidariedade entre discentes de Montreal, os quais, reproduzindo o exemplo do movimento chileno das “Caçarolas”, manifestaram o seu apoio diariamente, às 20h, em várias áreas da cidade (Pis, 2012: 472-473).

¹⁰Refira-se que este estudo foi realizado um ano antes da eclosão do movimento estudantil de 2011-2012, ano este em que se deu um protesto ambiental globalizado (2010) promovido através do Facebook: *In the two days following the environmental agency's approval of the project, 118 Facebook Groups against Barrancones were created, which together garnered more than 25,700 "Likes" and 177,450 "Fans"* (García & Torres, 2011 in Valenzuela, Arriagada & Scherman, 2012: 3).

¹¹De que é exemplo a *Quebec's Quiet Revolution* de 1960.

¹²*The student strike of 2012 represents the ninth instance in which students have utilized strike tactics to exert economic pressure on Quebec's provincial government, with other successful strikes having occurred in 1968, 1974, 1978, 1986, 1988, 1990, 1996 and 2005* (Free Education Montreal 2011 in Pis, 2012: 472).

¹³Através da designada *Bill 78 (Law 12)*.

Esta oposição à política orçamental para a Educação veio eventualmente a fazer-se sentir igualmente nas políticas sociais, para a Igualdade e para a Saúde, em linha com o que pode considerar-se um questionamento da Democracia Representativa nos seus moldes actuais. De acordo com o manifesto CLASSE, o slogan "*Nous sommes avenir/Share Our Future*" constituiu a demonstração da insatisfação de jovens face a uma participação política meramente formal, que se esgota em eleições, em detrimento do acompanhamento e negociação directa de medidas legislativas (Sawchuk, 2012: 499) – algo que Milner sintetiza: *'My contention is that there is an incompatibility between "social media politics", as understood and experienced by the Internet generation, and representative democracy as we have known it'*. (Milner, 2013:1).

Novas eleições vieram a ser agendadas para Setembro do mesmo ano, exigindo-se ao novo Governo não apenas a desistência do anunciado aumento de propinas mas igualmente a revogação da criminalização dos protestos, o que veio a confirmar-se. Contudo, não parecem ter sido aprovadas medidas que tornem possível uma intervenção mais directa nas políticas governativas por parte da população.

b) contexto de literacias e apropriação de Novos Media

Uma análise da realidade canadiana a este respeito revela práticas de intensa apropriação de dispositivos móveis para acesso e utilização de web e redes sociais virtuais nas suas mais plúrimas vertentes, incluindo a Política:

- em 2012 a taxa de penetração da Internet era de 86,8%¹⁴;
- no mesmo ano existiam 76 dispositivos móveis por cada 100 habitantes¹⁵;
- em 2013 era visível a apetência dos cidadãos para a comunicação virtual, dada a taxa de penetração do Facebook em 54,29% da população, com cerca de 19 milhões de perfis contabilizados (19º lugar no ranking dos países onde esta rede se encontra disponível)¹⁶;
- em Julho do mesmo ano¹⁷ existiam mais de 10 milhões de contas abertas no Twitter (13º lugar entre os países com a taxa mais elevada de penetração), uma rede social virtual habitualmente utilizada por movimentos sociais dada a facilidade da sua utilização e a associação que permite de palavras-chave a temas e eventos, e a natureza potencialmente viral das suas (curtas) mensagens. No ano seguinte a taxa de penetração desta rede na população era já de 17,96%¹⁸.

Perante esta disponibilidade de meios e a popularidade da sua apropriação, a par dos reduzidos custos que lhe estão associados, não surpreende que a organização de formas alternativas de participação política não tenha recorrido apenas a instrumentos de natureza mais tradicional: através destes recursos online tornou-se mais eficaz e eficiente a divulgação de informação, a mobilização e coordenação de participantes em actos públicos, e o encorajamento para manutenção e continuidade dos protestos via

¹⁴Fonte: Worldbank, disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>

¹⁵Fonte: World Bank, disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/IT.CEL.SETS.P2>

¹⁶Fonte: Top On Social, disponível em: <http://www.toponsocial.com/facebook-pages/ca/>

¹⁷Fonte: Semiocast, 2012, disponível em:

http://semiocast.com/publications/2012_07_30_Twitter_reaches_half_a_billion_accounts_140m_in_the_US

¹⁸Fonte: EMarketeer, disponível em: <http://www.emarketer.com/Article/Which-Social-Networks-Growing-Fastest-Worldwide/1009884>

motes, slogans e debates, obrigando os Media Tradicionais a segui-los – algo confirmado por Pis em entrevistas realizadas a elementos-chave do movimento: *Thus, digital media facilitate continued mobilization by providing participants with novel participatory roles in both coordinating actions and accessing/diffusing information about the movement (idem, 2012: 484).*

Contudo, e de acordo com o já mencionado estudo Digital Readership (2013), apenas 34,4% dos inquiridos já haviam utilizado as redes sociais virtuais para a crítica (positiva ou negativa) a políticas internas e somente 27,4% o haviam feito em relação a figuras políticas, sendo a percentagem ainda menos expressiva relativamente a mobilização para a participação (5,4%), inferior à relativa a eventos culturais (11,1%) ou ambientais (10,1%). Assim sendo, podemos questionar, contextualizar e ponderar a efectiva utilidade relativa destes recursos à luz das razões socio-históricas subjacentes à natureza sectorial destes protestos e da cultura cívica de que emanaram.

Novos Media como espaço de liberdade e alternativa informativa: a China

O caso da China constitui um exemplo de como as redes sociais virtuais podem tornar-se uma forma potencialmente mais segura de comunicação entre cidadã(o)s num regime autoritário: o número de protestos organizados online cresceu de 248 para 349 entre 2009 e 2011 (Guobin, 2012: 143) sugerindo uma representação positiva do *microblogging* enquanto meio para exercício de pressão sobre o Governo (Sullivan, 2013: 6).

a) quadro político-económico

O investimento nacional no sector tecnológico tem sido uma das pedras-de-toque da reconversão económica chinesa desde o final do século anterior. A competitividade da economia chinesa, apostada em modernizar-se e em reclamar o desempenho de um papel mais consentâneo com a sua dimensão, recursos e capacidade produtiva instalada, tem promovido uma evolução positiva contínua na instalação e disponibilização de novas tecnologias. Face visível deste processo é o acesso às novas tecnologias por parte dos cidadãos chineses, cifrado em 2017 em cerca de 751 milhões de utilizadores, 96.3% dos quais através de dispositivos móveis¹⁹.

Este acesso, potencialmente livre de controlo político estatal, capacitou uma aproximação de cidadã(o)s e respectivas reivindicações face à natureza do regime (*idem*, 2013: 1015), particularmente no caso das comunicações móveis, um dos instrumentos cívicos mais aproveitados para a crítica, circulação de informação e concertação de acções colectivas, em alternativa a Mass Media Tradicionais muitas vezes alvo de censura institucional (Gobel & Ong, 2012: 24-27; Liu, 2013: 995; 1015). Favorecendo inicialmente as redes internacionais mais populares Facebook e Twitter²⁰, a cidadania chinesa optou progressivamente por outras dado o bloqueio das mesmas ordenado pelo Governo em 2009: em Setembro de 2012,

¹⁹Fonte: China Internet Watch, disponível em: <https://www.chinainternetwatch.com/whitepaper/china-internet-statistics/>

²⁰A título de exemplo, em Agosto de 2013, a penetração do Facebook entre a população chinesa era de 0.05%, com 680.000 perfis criados. Fonte: CNN Money, disponível em: <http://www.toponsocial.com/facebook-pages/ca/>

estimava-se que a “QQ”²¹ (Tencent) era a plataforma de mais utilizada na China, seguida pela rede social virtual QZone²² (Tencent) e pela Weibo²³ (Tencent). A estas seguir-se-iam a Sina Weibo²⁴, a WeChat²⁵ e a RenRen²⁶.

Este quadro de consciencialização colectiva das limitações democráticas do regime face à liberdade de expressão colocou as autoridades perante a necessidade de escolher entre ignorar as reivindicações, ou censurar o acesso que as capacitava, vindo a optar pela criação de um sistema de ciberpoliciamento e regulamentação apertada para o acesso. Implementado através de Firewalls e de fiscalização directa por funcionários públicos e por voluntários em busca de conteúdos desconformes (*ibidem*: 2-3), estima-se que o Governo chinês empregue entre 250.000 a 300.000 pessoas centradas na circulação de informação favorável ao regime de modo a manipular os debates mantidos online (Sullivan, 2013: 9), numa tentativa de disseminar receio de sanções e, por essa via, promover a auto-censura cívica²⁷. A título de exemplo, Baidu, o motor de busca mais utilizado na China, foi alvo de censura governamental através da filtragem dos resultados apresentados aquando da pesquisa e da monitorização de quem a realizava (Liu, 2013: 999).

b) contexto de literacias e apropriação de Novos Media

Não é fácil averiguar da efectiva origem online e da recorrência dos protestos: os Mass Media Tradicionais não os reportam, eventuais fontes alternativas nem sempre são fidedignas, e a própria censura contribui para a incerteza quanto aos números (Liu, 2013: 1001-1002): no entanto, alguns exemplos poderão ser dados quanto à relevância destas redes para a participação política.

Em Julho de 2013, vários manifestantes juntaram-se em Jiangmen opondo-se a um plano de produção de urânio – mais tarde cancelado em virtude do protesto e da sua visibilidade nacional e internacional²⁸ – na província de Guangdong, onde a cidade se situa, tendo dois deles confirmado que a organização decorreu dois dias antes via QQ e WeChat, o que conduziu ao bloqueio de vários Microblogs²⁹.

²¹Segundo Sullivan, se o Twitter atrai a elite intelectual de netizens, a plataforma QQ serve os cidadãos de baixos rendimentos (idem, 2013: 4). Em 2012, esta rede albergava 784.000.000 de perfis, sendo a rede social chinesa com um maior número de utilizadores. Dados disponíveis em: <http://money.cnn.com/gallery/technology/2012/09/10/china-social-media.fortune/index.html>

²²Em 2012, esta rede detinha 597.000.000 perfis criados. Dados disponíveis em: <http://money.cnn.com/gallery/technology/2012/09/10/china-social-media.fortune/2.html>

²³Em 2012, esta rede albergava 469.000.000 perfis. Dados disponíveis em: <http://money.cnn.com/gallery/technology/2012/09/10/china-social-media.fortune/3.html>

²⁴Esta versão melhorada do Twitter, com a possibilidade de comentário a posts alheios, conversação directa e publicação de imagens aumentou o poder de disseminação de informação e a mobilização, directa ou alargada, da população (Chung, 2011:1; Sullivan, 2013: 4). Em 2012, esta rede albergava 368.000.000 perfis. Dados disponíveis em: <http://money.cnn.com/gallery/technology/2012/09/10/china-social-media.fortune/5.html>

²⁵Em 2012, esta rede albergava 100.000.000 perfis. Dados disponíveis em: <http://money.cnn.com/gallery/technology/2012/09/10/china-social-media.fortune/4.html>

²⁶Apelidada de “Facebook chinês”, esta rede albergava 100.000.000 perfis em 2012. Dados disponíveis em: <http://money.cnn.com/gallery/technology/2012/09/10/china-social-media.fortune/4.html>

²⁷“Chinese blogs, emails, social networks, and text messaging services that have opened up new forums for exchanging ideas, and these have created new targets for censorship”. (Chung, 2011:1)

²⁸Fonte: Financial Times de 13 de Julho de 2013, disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0/70236536-eb0b-11e2-9fcc-00144feabdc0.html#axzz2n3yTBOT7>

²⁹Fonte: South China Morning Post, 12 de Julho de 2013, disponível em: <http://www.scmp.com/news/china/article/1280894/jiangmen-residents-protest-against-uranium-processing-plant>

Outro exemplo é o do Bloody Map, mapa difundido pelo blogger *Xuefangditu* onde eram referidos os locais de onde cidadã(o)s haviam sido expulsos e privados da sua propriedade³⁰ pelo Governo Chinês em prol de projectos nacionais de investimento normalmente envolvendo a extracção de urânio ou de produtos petrolíferos. Publicado a 8 de Outubro de 2010, o autor nele apresenta dados como a violência praticada (através de cocktails Molotov ou canhões de água), o número de mortes, e o número de protestos identificados em 24 províncias chinesas³¹, remetendo para fontes exteriores: 46 websites, 70 portais de notícias, cerca de uma dúzia de websites pertencentes a comunidades, entre outras. No final daquele ano, a expressão *bloody map* em mandarim pesquisada no Google China apresentava mais de 1.640.000 resultados (Severo, Giraud, & Douay, 2011: 2-3).

Um outro caso ocorreu a 20 de Junho de 2011 envolvendo a *Red Cross Society of China*, instituição considerada quasi-governamental, com mais de um século, pertencente à Cruz Vermelha Internacional: Guo Meimei, de 20 anos, auto-identificada como a gestora da Sociedade Comercial da Cruz Vermelha³², colocou a circular online imagens fotográficas relativas a artigos de luxo de que era proprietária, suscitando críticas e questões a tais níveis de riqueza, quer no website da própria instituição, quer noutra plataformas, como a Sina Weibo. Em menos de um mês, esta última já albergava 2.102.968 mensagens associadas ao nome de Guo Meimei e 1.910.254 mensagens referentes à *Red Cross Society of China*, gerando uma crise de confiança ante a instituição e uma queda abrupta nos donativos (Guobin, 2012:144).

Se é bem verdade que a censura à liberdade de expressão e de opinião ainda sejam uma constante, o Governo chinês tem procurado reagir de modo menos gravoso relativamente aos movimentos gerados *online*, tolerância baseada na crença de que a Web poderá funcionar como instrumento catártico de indignação sem consequências visíveis fora do mundo virtual: não apenas os protestos nem sempre têm atingido os seus propósitos como a parca difusão mediática fá-los serem esquecidos rapidamente (Chung, 2013: 2-7). Paralelamente, e de acordo com o estudo denominado *Digital Readership* (2013)³³, apenas 15,8% dos inquiridos já haviam utilizado as redes sociais virtuais para fins de mobilização para protestos no ano anterior, de entre os quais 67,6% já utilizaram as plataformas para a crítica a medidas económicas/financeiras de empresas privadas ou bancos e 81,7% para a crítica a figuras políticas. Podemos assim constatar que, sem prejuízo de que a crítica ao mundo económico e político apresenta, entre quem a pratica, percentagens elevadas e superiores à média global dos países analisados, a participação política mobilizada através das redes na China é, apesar de tudo, residual.

³⁰Vide: <http://t.sina.com.cn/bloodymap>

³¹Bloody Map disponível em: <http://globalvoicesonline.org/2010/10/28/china-mapping-violent-evictions-for-homebuyer-awareness/>

³²Tradução do autor.

³³Estudo realizado em 17 países: Alemanha, EUA, França, Itália, Espanha, Reino Unido, México, China, Portugal, Rússia, Turquia, Brasil, Índia, Egipto, Austrália, Canadá e África do Sul.

Novos Media enquanto espaço de reflexão política alternativa

As acampadas e assembleias populares em Espanha

a) quadro político-económico

Espanha viveu no final da primeira década do século XXI um contexto de aguda crise económico-financeira, fruto ainda do contágio sofrido pelas economias europeias mais periféricas e frágeis ou expostas à crise do sector, acrescendo a este contexto uma conjuntura de crescente desconfiança no político e na Democracia Representativa como vinha sendo praticada no país. Em resposta a este cenário, e parcialmente inspirada por movimentos como a Primavera Árabe e o Occupy, a cidadania em Espanha deu início a um debate e concertação online em torno das políticas nacionais e europeias implementadas no país, que veio a traduzir-se em encontros/acampamentos materializados em diversas cidades espanholas, pensados para capturar a atenção do mundo *on* e *offline* (políticos, Mass Media e cidadãos).

Com efeito, diversas foram as referências feitas a outros contextos de protesto (Delclós & Viejo, 2012: 97): a Revolução Árabe, em particular a ideia de 'acampada', praticada na Praça Tahrir; a participação directa semelhante à islandesa na qual, mediante a apropriação de novos media, foi exigida uma melhor qualidade de vida e conseguido o julgamento de banqueiros por corrupção activa; e a regulação do sector bancário e financeiro como reivindicada pelo Movimento *Occupy*.

Não obstante, Monterde & Postill alertam para as assembleias populares como singularidade espanhola: anteriores pontos de debate, informação e aproximação de pessoas anteriormente ligadas apenas *online*, os acampamentos, deslocados em Junho para bairros interiores, tornam-se assembleias populares para formulação de um manifesto plural (Monterde & Postill:10). A acção colectiva, congregada através destas assembleias, traz assim uma novidade relativamente a outros protestos e movimentos: se os recursos digitais tornaram possível a informação, mobilização e debate *online*, a verdade é que o protesto não se cingiu a isso. No mundo *offline* apelou-se à participação directa na construção de um manifesto que traduzisse a vontade de criação de uma Democracia Participativa, destronando o modelo actual da democracia Representativa que se satisfaz com "uma cabeça, um voto".

Nos últimos anos, tais eventos de protesto através dos novos media têm sido recorrentes no país, considerados por alguns autores como semelhantes à Revolução espanhola de Maio de 1968³⁴ (Vallina-Rodriguez *et al.*, 2012: 2), de entre os quais devem ser realçados os seguintes (Delclós & Viejo, 2012: 93-94):

- os protestos "*V de Vivienda*", relativos à bolha imobiliária e ao desaparecimento de condições dignas de habitação no país, em que cidadã(o)s enviaram as suas reclamações directamente ao Governo, via e-mail;
- a campanha *No Les Votes (Don't Vote for Them)*, desenvolvida através do Twitter contra os dois principais partidos em Espanha (PP e PSOE) face às suas posições sobre pirataria e direitos de autor;

³⁴A este respeito, veja-se a crónica de Martin Varsavsky para o Huffingtonpost a 25 de Maio de 2011, disponível em http://www.huffingtonpost.com/martin-varsavsky/spanish-revolution-of-2011_b_867156.html.

- as manifestações do colectivo *Juventud Sin Futuro* (Youth without a Future), organização civil de estudantes do ensino superior nascida em Abril de 2011, movida pela reivindicação da alteração das políticas responsáveis pela precarização do trabalho e do desemprego³⁵ e que participou da criação da plataforma *Democracia Real, Ya!*, ou DRY³⁶;
- a plataforma DRY, instrumento de congregação indignadas/os com a redução das suas condições de vida, quer entre prévios utilizadoras/es de novos media para informação e debate políticos, quer entre outras/os mobilizáveis para participação em protestos de rua face à viralidade virtual das mensagens desta plataforma – ambos com visibilidade capaz de capturar a atenção e cobertura dos Media Tradicionais.

A marcação dos protestos para 15 de Maio de 2011 não foi inocente, dada a realização prevista de eleições locais a 22 do mesmo mês, para cujos resultados pode ter contribuído a manifestação da vontade popular nas ruas – o Movimento veio a ser apoiado por mais de 60% da população (Vallina-Rodriguez *et al.*: 2-3). Se é possível argumentar no sentido de que a vitória do PP sugere uma penalização eleitoral do PSOE pelos eleitores – vindo a registar, nas eleições nacionais que se seguiram, os piores resultados desde 1978 – é igualmente importante reconhecer que ambos perderem votos em cidades como Madrid e Valência, decréscimo para que podem ter efectivamente contribuído os protestos (ibidem, 2012: 2).

b) contexto de literacias e apropriação de Novos Media

Acompanhando a tendência das principais realidades europeias, a penetração da Internet entre a população espanhola atingia 67,6% em 2011, enquanto que em 2011 se estimava a de telemóveis em 114% e o acesso à Internet através de plataformas móveis em 65.1%³⁷, tendo a venda destes aparelhos aumentado 65,1% entre 2010 e 2011 (Monterde & Postill, 2013:6). Já a adesão a redes sociais virtuais era analisável a partir da popularidade relativa das internacionalmente mais reconhecidas, ascendendo a 8 milhões o número de contas Twitter em 2012, e cifrando-se a penetração do Facebook em 2013 em 40.7% da população espanhola (num total de mais de 19 milhões de utilizadoras/es) – evoluindo para cerca de 59.2% em 2017 (num total de mais de 27 milhões de utilizadoras/es)³⁸.

Constatando-se a existência de meios importa perceber as suas apropriações, e neste plano, de acordo com os resultados do inquérito *Digital Readership*, a utilização das redes sociais virtuais para fins políticos não é generalizada. Aproximadamente metade (53.3%) dos inquiridos espanhóis afirmaram já terem comentado (positiva ou negativamente) medidas adoptadas pelos Governos – percentagem significativamente superior à verificada no Canadá (34.4%), e em linha com a verificada na China (50.9%) – e o comentário a figuras políticas parece conhecer incidência semelhante (49.8%) entre quem o pratica através das plataformas virtuais, assim como a críticas a empresas/banca (47.9%). Em paralelo, se o

³⁵«Milhares de jovens manifestaram-se no centro da capital espanhola em protesto contra a precariedade e contra uma “crise económica que não é a sua”, exigindo um “emprego digno”» in Jornal Sol, 8 de Abril de 2011, disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=16266

³⁶De acordo com o seu website, trata-se de *un colectivo de jóvenes que surge en abril de 2011 y fue uno de los convocantes del 15M. Desde entonces su trabajo ha consistido en visibilizar la situación de precariedad de la juventud en el ámbito laboral, educativo y social.* Fonte: <http://juventudsinfuturo.net/sample-page/>

³⁷Fonte: Comunicaciones móviles, disponível em: <http://informecmt.cmt.es/>

³⁸Fonte: Statista, disponível em: <https://www.statista.com/statistics/304751/facebook-penetration-in-spain/>

comentário constitui prática relativamente homogénea entre as faixas etárias mais representativas (25-34; 35-44; 45-54), demonstrando um interesse longitudinal por parte da sociedade espanhola utilizadora destes instrumentos, o mesmo não se verificou quando consideramos o perfil de rendimentos por agregado familiar das/dos envolvidos: uma grande percentagem (69.6%) das pessoas mais activas inscreve-se nos dois escalões mais baixos – 31.5% auferem menos de 20.000 euros, e 38.1% entre 20.000 e 39.999 euros. Tal parece reforçar as representações negativas dos cidadãos relativas às empresas privadas e ao sector financeiro, num contexto de considerável desigualdade na distribuição da riqueza³⁹.

Tendo o destinador dos conteúdos divulgados sido um colectivo de pessoas e grupos congregados através de páginas Web e perfis em redes sociais virtuais, a verdade é que o carácter viral da informação se deveu em primeira instância à soma da acção de cidadãos singulares.

De modo a estudar a utilização das redes por organizações civis, Piñeiro-Otero & Costa Sánchez monitorizaram o perfil no Facebook da DRY entre 7 de Março (data de criação da página) e 22 de Maio (data das eleições locais espanholas), constatando que a sua verdadeira expansão se dá a partir de 14 de Maio (véspera dos protestos) e em particularmente no próprio dia 15, tendo sido colocado um total de 363 publicações na semana entre 16 e 22 de Maio (*idem*, 2012: 170-171), envolvendo recursos digitais como o Youtube (16.4%), outras páginas web (15.3%), Meios de Comunicação presentes na Internet (15%), *blogs* (4%) e redes sociais virtuais (6.5%) (Piñeiro-Otero & Costa Sánchez, 2012:175), além de um canal audiovisual próprio denominado SolTv⁴⁰ que acompanhou cerca de 136 horas de protesto, contabilizando mais de 10 milhões de visitas na primeira semana de protestos (Monterde & Postill: 9-10)⁴¹.

Também a utilização do Twitter parece, aliás, acompanhar os protestos, segundo uma análise (*ibidem*, 2012:1-5) de mais de 3 milhões de *tweets* relativos aos diferentes partidos políticos espanhóis e à Plataforma DRY: a 15 de Maio, os *hashtags* relacionados com #democraciarealya dominaram o debate relativo às eleições regionais (mais de 70% de *tweets*). Ainda que as publicações no Twitter relacionadas com os candidatos tenham recuperado protagonismo após a contagem de votos, as acampadas mantiveram a sua popularidade (mais de 30% dos *tweets* analisados), sendo notório o desejo de alternativa política fora do espectro direita/esquerda, em temas como o processo eleitoral, a situação económica do país, o desemprego e a identidade partidária.

Segundo Monterde & Postill (2013), a organização e mobilização dos protestos e a divulgação de informação sobre o desenrolar dos acontecimentos em Maio de 2011 decorreram em três timings de apropriação e por perfis de participação diversos: a fase de preparação para os protestos; a sua eclosão; e a difusão dos movimentos na fase pós-manifestações.

Criada no Facebook em Março de 2011 por cerca de 200 cidadãos e diferentes movimentos civis, com o intuito de promover ideias, grupos de debate e partilha de informação, a plataforma DRY organizou sob o slogan *Take the streets. we are not commodities in the hands of politicians and bankers' in under three months* um protesto/'acampada' em dezenas de cidades espanholas⁴², vindo esta plataforma a

³⁹De facto, se o estudo aponta Espanha como um dos países com um maior número de inquiridos que participam na crítica política e empresarial, já tal não acontece com o apoio conferido às instituições privadas.

⁴⁰V.g.: <http://www.soltyv.tv/solty2/index.html>

⁴¹Realce-se ainda que a plataforma DRY não se dissipou após as acampadas de 2011, dispondo de um website actualizado desde a sua formação.

⁴²A 18 de Maio de 2011 existiam 28 cidades como palco de manifestações. Ver mapa: <https://maps.google.es/maps/ms?hl=es&ie=UTF8&msa=0&msid=205976308653394303604.0004a38f170f195567f97&source=embed&ll=40.178873,-3.14209&spn=8.593053,13.029785>

albergar/suscitar apenas algumas semanas mais tarde outros grupos virtuais, como o *No Les Votes* e o *Juventud Sin Futuro e M15M* (Monterde & Postill:, 2013: 8). Não tendo instrumentalizado para estas 'acampadas' com grande intensidade de utilização de dispositivos móveis (Monterde & Postill:, 2013:7-8), estes viriam a demonstrar nos dias imediatamente anteriores às manifestações a sua importância na captação da atenção dos Media Tradicionais, tornando-se depois centrais na difusão de informação sobre os eventos durante o primeiro dia de protesto, sobretudo através da utilização das *Hashtags #prensa15M (#15Mpress), #15M, #15Mfacts, #tomalacalle (#takethestreet), #15Mpasalo (#15Mpassiton) e #spanishrevolution (ibidem: 8).*

Monterde & Postill advogam que o momento de explosão se dá com a expulsão, por autoridades policiais, durante a noite e longe das câmaras dos Meios de Comunicação Tradicionais, de um grupo de manifestantes acampado na *Puerta del Sol*, a que os apoiantes do movimento respondem voltando a manifestar-se, nascendo então a *#Acampadasol*. Através da apropriação do Twitter são rápida e maciçamente difundidos os momentos de maior contestação, captando a atenção dos canais televisivos e das redes virtuais, e suscitando um aumento do número de simpatizantes: em resultado, o número de acampamentos aumenta, chegando a atingir os cinquenta em simultâneo (*ibidem: 8-9*). Para este desenrolar de eventos contribuiu uma utilização mais intensiva de comunicações móveis, quer para difundir, quer para acompanhar à distância os acontecimentos, aumentando o seu tráfego em cerca de 20% entre 16 e 18 de Maio, e sendo atingidos a 20 de Maio mais de 200 mil *tweets*, altura em que se verificava a adesão de cerca de 24 mil novos utilizadores (*ibidem: 9*).

Entramos, então, na fase de difusão, na qual conflui uma ligação do M15M a outros grupos e movimentos (como o M12M português ou o Movimento Occupy) com a rede Twitter e as comunicações móveis através das quais foram circulados 25% dos *tweets*, levando Monterde & Postill a concluir que *if a few years ago it was still justifiable to separate mobile and Internet technologies when studying 'smart mobs' (...) the evidence presented above demonstrates the powerful articulation of internet and mobile media within contingent sets of technologies (ibidem:12).*

Os Tent Protests em Israel

a) quadro político-económico

No âmbito das políticas governamentais para o sector da Habitação, o preço e renda dos imóveis nas principais cidades do país atinge em 2011 de forma particularmente incisiva a população mais jovem. Neste contexto, confrontada com o facto de ter de suportar pelo seu apartamento uma renda inacessível, Daphni Leef decide a 14 de Julho de 2011 partilhar no Facebook a realização de um evento – a montagem, como forma de protesto, de uma tenda na Rothschild Boulevard, na 'baixa' de Tel-Aviv, gesto em que é seguida por um pequeno grupo de amigos (Gordon, 2012:1).

Apesar de inicialmente apelar sobretudo à classe média, a iniciativa conquista progressivamente a simpatia de cerca de 90% da população (Gordon, 2012:1-2), acolhendo não apenas um conjunto mais diverso de cidadã(o)s – trabalhadores sindicalizados, estudantes, migrantes, sem-abrigo – mas também de temas – Saúde, Educação, Transportes, Salário Mínimo, Redistribuição de riqueza (Nagar, 2012:304-305).

Consistindo em manifestações semanais realizadas aos sábados, a iniciativa reúne no seu último protesto a 3 de Setembro de 2011 cerca de 400 mil pessoas, sendo também por isso considerada o maior movimento popular da história do país (Gordon, 2012).

Algumas pontes poderão ser feitas entre este e outros movimentos: o impulso inicial deu-se igualmente através da ocupação de espaços públicos pela visibilidade destes, e a atenção da sociedade civil e política é captada *on* mas também *offline*. Em alguns casos, estas pontes devem-se a participação de elementos dos Movimentos M15M e Indignados nos Tent Protests, e por importação de algumas das medidas praticadas nesses movimentos, como a criação de assembleias populares e a sua permanência após os eventos populares organizados⁴³. Não obstante, algumas particularidades devem ser reconhecidas aos protestos israelitas: contrariamente ao ocorrido em Espanha ou em Wall Street, não procurara a demissão do Governo, mas o exercício de pressão sobre ele, exigindo a resolução dos problemas do país.

A resposta do Governo variou ao longo e de acordo com a notoriedade dos protestos. Inicialmente, e apercebendo-se da relevância dos Novos Media na organização dos protestos, recorreu a terceiros para propagação de mensagens *online* de descriminalização dos manifestantes, associando-os a anti-semitismo, radicalismo de esquerda, traição à pátria ou apelidando-os de 'crianças mimadas' motivadas por acesso gratuito a habitação financiada pelo Estado (Gordon, 2012: 3). No entanto, a notoriedade das/os participantes apenas aumentou, assim como a simpatia conquistada quer junto da sociedade civil nacional e internacional, quer junto da Oposição, cujos membros se deslocaram aos acampamentos atestando o seu apoio a muitas medidas neles propostas.

Sem prejuízo da criação, pelo Primeiro-ministro, de um comité (o *Trajttenberg Committee*) para negociações com os líderes dos movimentos – no qual se comprometeu com o aumento dos impostos sobre rendimentos de capital e dos benefícios ligados à Segurança Social, em especial para os mais idosos, entre outras medidas⁴⁴ (Nagar, 2012:311-312) – a tomada de medidas concretas para alteração do *status quo* revelou-se reduzida. E se também o sector privado foi objecto de maior escrutínio público, sendo obrigado a baixar os preços de diversos produtos, a verdade é que o preço das rendas se manteve elevado e a taxa de rendimentos de capital comparativamente baixa⁴⁵⁴⁶.

Também ao nível parlamentar o sucesso parece ter sido reduzido, a avaliar pelo resultado das eleições de 2013. Sem prejuízo da criação de onze novos partidos, em especial na ala esquerda, e do quase desaparecimento do Kadima⁴⁷, a ala direita do Parlamento não perdeu proeminência, em particular o partido de Netanyahu, cuja popularidade apenas se reduziu ligeiramente, mantendo-se como o maior partido com representação parlamentar, o que lhe permitiu manter-se em funções⁴⁸⁴⁹. Como afirma Nagar: *In short, despite the many changes in the party system, there is very little true shift in political alignments* (Nagar, 2012: 312).

⁴³Como o caso de Aya Shoshan, activista recém-regressado de Espanha.

⁴⁴V.g. The Jerusalem Post, 27 de Setembro de 2011, disponível em: <http://www.jpost.com/National-News/Trajtenberg-panel-conclusions>

⁴⁵V.g. Economic Survey of Israel 2013, ODCE, disponível em: <http://www.oecd.org/israel/israel-2013.htm>

⁴⁶V.g. Relatório da OCDE-Israel (2013), disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/economics/country-statistical-profile-israel_20752288-table-isr

⁴⁷Um dos anteriores partidos com maior protagonismo.

⁴⁸V.g. Spiegel Online, 23 de Janeiro de 2013, disponível em: <http://www.spiegel.de/international/world/netanyahu-suffers-setback-after-israeli-election-a-879214.html>

⁴⁹V.g. Haaretz, 18 de Março de 2013, disponível em: <http://www.haaretz.com/news/israeli-elections-2013/israeli-elections-news-features/live-blog-introducing-israel-s-33rd-government-coalition-1.510235>

b) contexto de literacias e apropriação de Novos Media

Em 2011 a penetração da Internet entre a população israelita cifrava-se em 68.9%⁵⁰, dispendendo esta comparativamente mais tempo na sua utilização (38%) que nos demais Media (29% na utilização de Televisão, por exemplo)⁵¹. Especificamente em termos da utilização de redes sociais virtuais verifica-se em 2013⁵² uma penetração de 50,4% entre a população⁵³ (4 milhões de perfis). No que respeita à penetração de dispositivos móveis, existiam cerca de 122 para cada 100 israelitas⁵⁴, em queda ligeira face a 2008 (127 dispositivos por cada 100 pessoas).

No entanto, o país revela um acentuado fosso digital, em especial segundo o nível de rendimentos: se 85% de quem auferir acima da média tem acesso à Internet, apenas 55% de quem auferir abaixo da média o consegue (Schejter & Tirosh, 2013:4), o que sugere uma relação entre as classes sociais mais representadas no movimento e o papel das novas tecnologias. Constituindo este protesto uma iniciativa da classe média – e não, por exemplo, de um proletariado reivindicando melhores condições de vida – é razoável considerar o fosso digital pouco relevante nas práticas dos participantes mais activos. Como tal, talvez a importância do papel dos Novos Media se tenham jogado na organização de eventos e divulgação de informação, devendo-se as mobilizações e simpatias angariadas mais à cobertura dos Media Tradicionais⁵⁵. Isto não significa menosprezo pelo papel da Internet mas sim uma valorização da complementaridade/concertação entre meios, sobretudo atendendo à ausência de acesso por parte da população aos digitais.

Os Media digitais tornaram-se, então, importantes na divulgação, mobilização e organização dos protestos enquanto meios alternativos: além da página oficial do movimento⁵⁶, foram usados (Schejter & Tirosh, 2013:19-20):

- para comunicações internas⁵⁷, outros sites e páginas no Facebook;
- para divulgação de informação em tempo-real, “jornalismo de cidadão”, nomeadamente através de um canal televisivo oficial⁵⁸ e de uma rádio temática apelidada de “Beit Ha’am”⁵⁹;
- para divulgação de eventos, um grupo no Facebook, o Israel Independent Press⁶⁰.

A importância dos Novos Media nesta iniciativa deveu-se, em parte, à regulamentação e práticas dos Media Tradicionais: de um serviço público de informação – muitas vezes acusado de propensão pró-estatal – para um sistema mediático baseado numa oferta privada. No entanto, tal não garantiu o pluralismo e a defesa do interesse cívico: na realidade, apenas parece ter transposto os interesses

⁵⁰Fonte: World Bank, disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>

⁵¹Fonte: Emarketer, disponível em: <http://www.emarketer.com/Article/High-Internet-Social-Engagement-Israel-Low-Ad-Spend/1009382>

⁵²Os autores não possuem dados para o ano de 2011.

⁵³Fonte: Top on Social, disponível em: <http://www.toponsocial.com/facebook-pages/il/>

⁵⁴Fonte: Worl Bank, disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/IT.CEL.SETS.P2>

⁵⁵Um estudo não representativo efectuado a 142 manifestantes presentes em Rothschild Boulevard, demonstrou que: *The main source of news for 56% of the protesters (...) were the traditional media and only for 35% it was social web applications, such as Twitter and Facebook* (Hetsroni & Lowenstein, 2012 in Schejter & Tirosh, 2013:24).

⁵⁶Vide <http://j14.org.il/>.

⁵⁷Vide <https://www.facebook.com/j14live/info>

⁵⁸Civilpress.tv, entretanto descontinuado.

⁵⁹Vide <http://j14.org.il/j14live/beithaamradio>

⁶⁰Vide <https://www.facebook.com/IsraelIndependentPress>

partidários para a esfera da concentração empresarial privada (Schejter & Tirosh, 2013:4). Perante a ausência de um espaço público de informação digno desse nome, muita da população optou por recorrer a redes sociais virtuais, *blogs* e *websites*, não merecendo inicialmente a regularidade da realização e a promoção virtual de protesto cobertura noticiosa tradicional de relevo.

Conclusões

Subjacente às formas de acção colectiva e aos movimentos sociais contemporâneos encontra-se um conjunto de pré-conceitos que importa não relativizar. Primeiro, de que existe uma diferença fundamental entre formas "antigas" e "novas" de participação. Subscrever tal pré-conceito significa frequentemente considerar como factor-chave não o conteúdo, as aspirações, as alternativas procuradas pela cidadania, mas a forma ou o meio convocado para esse efeito. Neste plano, a participação procurada pode ser capacitada com formas mais novas e mais recentes, mas tal não autoriza a desvalorização do que é procurado em benefício do veículo considerado para procura-lo. Sintoma deste pré-conceito é o conjunto de 'apêndices' sígnicos utilizados para criar uma fronteira normativa entre formas de participação que, no seu centro, não procuram muitas vezes coisas diferentes ou inovadoras. Outro sintoma é o modo como desde a década de 1990 a "participação online" passou a ser usada como um termo abrangente para um conjunto muito heterogéneo de acções, procurando-se dessa forma o (conceptualmente preguiçoso) ponto comum do meio, descurando-se o (praticamente tudo o) resto que verdadeiramente confere identidade, sentido, contexto e explicação para uma acção política. A própria noção de "participação offline" tornou-se mera refém de um sentido definido praticamente em exclusivo pelo seu hegemónico antónimo (a participação online).

Outro pré-conceito frequente é aquele de natureza normativa relativo a qual deve ser o lugar das plataformas digitais numa sociedade democrática à luz do que se considera o regime político mais desejável. Na sequência deste pré-conceito, muito trabalho tem sido desenvolvido sobre as implicações políticas da internet do ponto de vista da democracia directa e da democracia deliberativa: no primeiro ponto de vista, o que se pretende é compreender – na realidade, afirmar – como podem estas plataformas (ser usadas para) coordenar a democracia directa em processos eleitorais, ou seja, votação, elaboração de legislação e processos de tomada de decisão (Coleman, 2005); no segundo ponto de vista, a intenção é interpretar – na realidade, promover – a comunicação digital como (concretização dos ideias de uma) "esfera pública virtual" (Papacharissi, 2002).

Em que medida contribui este trabalho para combater estes dois pré-conceitos, recolocando o contexto, a identidade, a literacia e curricula políticos prévios no lugar central da análise?

Numa primeira leitura, a análise dos movimentos abordados revela que populações distintas nos seus usos, costumes e literacias, bem como nos sistemas políticos em que operam, têm vindo a recorrer a Novos Meios – páginas *web*, *blogs*, e perfis em redes sociais virtuais – para partilhar informação, organizar eventos e debater ideias, na tentativa de exercer influência cívica e política. O benefício subjacente a esse recurso parece, nos movimentos abordados, dever-se à sua disponibilidade, potenciais baixos custos de acesso e facilidade de utilização, contribuindo para gerar um espaço alternativo a uma esfera mediática tradicional que, onde não se constituiu espaço de debate com lugar para vozes e políticas alternativas,

acabou por reconhecer a relevância dos movimentos em causa, ecoando as suas posições e eventos. À luz desta primeira leitura é ainda possível constatar que alguns protestos inicialmente cingidos a uma temática rapidamente se desenvolvem acolhendo outras, dada a congregação de diversos grupos e comunidades: os movimentos estudantis no Canadá e no Chile, exigindo melhorias no direito à educação, acabaram por reivindicar uma Democracia Participativa, e os protestos israelitas, suscitados pelo preço das habitações, acolheu reivindicações em torno da saúde e segurança social.

Contudo, numa segunda e mais contextualizada leitura, resulta clara a importância decisiva dos contextos em que tais movimentos eclodem, ou seja, as especificidades dos países e regimes, das populações envolvidas, do *status quo* e das circunstâncias cívicas e políticas em que têm lugar, e das representações ou quadros simbólicos acerca do papel dos recursos mobilizáveis. Desde logo, o reconhecimento de que os fossos digitais permanecem, não apenas relativamente ao acesso aos meios mas sobretudo às literacias necessárias para o seu uso. E neste plano as dimensões de classe mantêm a sua relevância, particularmente na capacidade de mobilização e aproveitamento destes recursos, em que se mantêm diferenças assinaláveis entre a população: o facto de todos os movimentos terem sido oriundos de pessoas pertencentes à classe média, suficientemente letrados e informados, também terá sido uma peça essencial na utilização dos Novos Media como forma de participação política.

Por outro lado, e mesmo entre os estratos populacionais com utilização manifesta destes recursos, difere consideravelmente a valorização destes últimos para a participação política, fazendo uma utilização mais regular (quando não mesmo única) de redes sociais virtuais. Adicionalmente, e mais uma vez, esta valorização decorre igualmente do perfil da população envolvida, designadamente ao nível de uma cultura prévia de participação ou protesto, plano no qual as diferenças não são assinaláveis apenas entre países mas no seio de cada um: onde os protestos se demonstraram historicamente mais acutilantes e prolongados, a utilização de redes sociais virtuais para o comentário político parece ser mais elevada.

Referências bibliográficas

- Anduiza, Eva, Cantijoch, Marta and Aina Gallego (2009). 'Political Participation and the Internet. A Field Essay', *Information, Communication & Society* 12(6): 860-878
- Bäck, Hanna, Teorell, Jan and Anders Westholm (2011). Explaining Modes of Participation: A Dynamic Test of Alternative Rational Choice Models. *Scandinavian Political Studies*, 34(1): 74-97
- Barnes, Samuel H. and Max Kaase (eds.) (1979). *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills, CA: Sage
- Baumgartner, Jody C. and Jonathan S. Morris (2010). 'MyFaceTube Politics: Social Networking Web Sites and Political Engagement of Young Adults', *Social Science Computer Review*, 28(1): 24-44
- Benkler, Yochai (2006). *The wealth of networks*. New Haven, CT: Yale University Press
- Bond, Robert M., Fariss, Christopher J., Jones, Jason J., Kramer, Adam D. I., Marlow, Cameron, Settle, Jaime E. and James H. Fowler (2012). 'A 61-million-person experiment in social influence and political mobilization', *Nature* 489: 295-298
- Boyd, danah and Nicole Ellison (2007). 'Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship', *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1)

- Carpentier, Nico (2017), "Media e Participação", Lisboa, media XXI
- Chouliaraki, Lilie (2006). *The Spectatorship of Suffering*. London: Sage
- Chung, J. (2011) *Weibo and "Iron Curtain 2.0" in China: Who Is Winning the Cat-and-Mouse Game?*, East Asia Institute, disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?lng=en&id=135425>
- Coleman, Stephen (2005). 'New Mediation and Direct Representation: Reconceptualizing Representation in the Digital Age', *New Media & Society* 7(2): 177-198
- Dahl, Robert (1956). *A Preface to Democratic Theory*. Chicago: The University of Chicago Press
- Delclós, C. & Viejo, R. (2012) *Beyond the Indignation: Spain's Indignados and the Political Agenda*, Policy & Practice: A Development Education Review, Vol. 15, Autumn, pp. 92-100, disponível em: <http://www.developmenteducationreview.com/issue15-perspectives4>
- Downs, Anthony (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Collins
- García, C., Chauveau, P., Ledezma, J. & Pinto, M. (2013) *What Can Social Media Teach Us About Protests? Analyzing The Chilean 2011-12 Student Movement's Network Evolution Through Twitter Data*, disponível em <http://arxiv.org/abs/1308.2451>
- Gobel, C. & Ong, L.H (2012) *Social Unrest in China*, disponível em: http://www.euecran.eu/Long%20Papers/ECRAN%20Social%20Unrest%20in%20China_%20Christian%20Gobel%20and%20Lynette%20H.%20Ong.pdf
- Guobin, Y. (2012) *The dramatic form of Online Collective Action in China in Inter-Asia Roundtable 2012 – Methodological and Conceptual Issues in Cyber Activism Research*, disponível em: <http://www.ari.nus.edu.sg/docs/downloads/Inter-Asia-Roundtable/InterAsiaRoundtable-2012.pdf#page=143>
- Guzman-Concha, G. (2012) *The Students' Rebellion in Chile: Occupy Protest or Classic Social Movement?* in *Social Movement Studies- Journal of Social, Cultural and Political Protest*, Vol. 11, disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742837.2012.710748#.UhhSj8iw6s>
- Gordon, U. (2012) *Israel's 'Tent Protests': The Chilling Effect of Nationalism*, in *Journal of Social, Cultural and Political Protest*, págs. 1-7, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14742837.2012.708832>
- Gramsci, Antonio (2017). *A Cultura, os Subalternos, a Educação*. 2ª edição. Edições Colibri, Lisboa
- Inglehart, Ronald and Gabriela Catterberg (2002). 'Trends in Political Action: The Developmental Trends and the Post-Honeymoon Decline'. *International Journal of Comparative Sociology* 43: 300-317
- Julien, F. (2012) *Le Printemps Érablé Comme Choc Idéologique in Cultures & Conflicts 2012*, disponível em <http://www.cairn.info/revue-cultures-et-conflits-2012-3-page-152.htm>
- Leighley, Jan E. (1995). 'Attitudes, Opportunities and Incentives: A Field Essay on Political Participation', *Political Research Quarterly* 48(1): 181-209
- Liu, J. (2013) *Mobile Communication, Popular Protests and Citizenship in China* in *Modern Asian Studies* / Volume 47 / Issue 03, pp 995-1018, disponível em http://www.academia.edu/2897274/Mobile_Communication_Popular_Protests_and_Citizenship_in_China
- Maia, R. (2001). "Democracia e internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação". X Encontro Anual da Compós. Brasília/DF: COMPOS

- Milner, H. (2013) *Social media politics: are the new movements, from Quebec to Wall Street, compatible with representative democracy?* in *Inroads*, nº32, disponível em <http://www.questia.com/library/p2147/inroads-a-journal-of-opinion/i3175743/no-32-spring>
- Monterde, A. and J. Postill (2013) *Mobile ensembles: The uses of mobile phones for social protest by Spain's indignados* in G. Goggin and L. Hjorth (eds.) *Routledge Companion to Mobile Media*, disponível em: <http://www.cl.cam.ac.uk/~nv240/papers/twindignados.pdf>
- Nagar, N. (2012) *The 2011 Social Protest in Israel and its aftermath* in *Anuari del Conflict Social 2012*, págs. 303-316, disponível em: http://www.observatoridelconflictosocial.org/media/0/251/29_the_2011_social_protest_in_israel_naama_nagar.pdf
- Norris, Pippa (2007). 'Political Activism: New Challenges, New Opportunities', in Boix, Carles and Susan Stokes (eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. New York: Oxford University Press, 628-649
- Oser, Jennifer and Michael Shalev (2011). 'Examining the Participatory Expansion Hypothesis: The United States in Comparative Perspective' Paper prepared for MPSA 69th Annual National Conference, March 31-April 3, 2011, Seattle, USA
- Papacharissi, Zizi (2002). 'The virtual sphere: The Internet as a public sphere', *New Media & Society* 4(1): 9-27
- Park Namsu, Kee Kerk and Sebastián Valenzuela (2009). 'Being immersed in social networking environment: Facebook groups, uses and gratifications, and social outcomes.' *Cyberpsychology & Behavior* 12(6): 729-733
- Pasquale, Frank (2017). "A esfera pública automatizada". *Líbero*, ano XX, número 39, Jan/Ago
- Pateman, Carole (1970). *Participation and democratic theory*. Cambridge, MA: Cambridge University Press
- Pereira, Marcos (2011). "Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital". IV Encontro da Compólitica - Associação Brasileira de Pesquisa em Comunicação e Política, URJ
- Persson, Mikael (2012). 'Does Type of Education Affect Political Participation? Results from a Panel Survey of Swedish Adolescents', *Scandinavian Political Studies* 35(3): 198-221
- Piñeiro-Otero, T. & Costa Sánchez, C. (2012) *Ciberactivismo y redes sociales. El uso de facebook por uno de los colectivos impulsores de la 'spanish revolution', Democracia Real Ya (DRY) in Observatorio (OBS*) Journal, Special issue "Networked belonging and networks of belonging" - COST ACTION ISO906*, págs.165-180;
- Pis, E. (2012) *Printemps Érablé: Digital Media and Mobilization on Quebec's Student Movement* in *Anuari Del Conflite Social 2012*, disponível em http://www.observatoridelconflictosocial.org/media/0/191/46_printempsrable.pdf
- Sawchuk, K. (2012) *La Grève est Étudiant/e, La Lutte Est Populaire: The Québec Student Strike* in *Canadian Journal of Communication Corporation*, Vol. 37, 2012, disponível em <http://www.univerciencia.org/index.php/record/view/84932>
- Schejter, A. M. & Tirosh, N. (2013) "What is wrong cannot be made right"? *Why has media reform been sidelined in the debate over "social justice" in Israel*, disponível em: <http://strategiesformediareform.com/what-is-wrong-cannot-be-made-right-why-has-media-reform-been-sidelined-in-the-debate-over-social-justice-in-israel/>

- Schumpeter, Joseph (1946). *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper & Row
- Seegerberg, Alexandra (2005). *Thinking Doing. The Politicisation of Thoughtless Action*. Stockholm Studies in Politics 111. Stockholm: Stockholm University
- Severo, M., Giraud, T. & Douay, N (2011) *Citizen protest in the online networks: the case of the China's bloody map* in "7th Social Network Conference 2011, London, disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/hal-00675517/>
- Shirky, Clay (2008). *Here Comes Everybody. The Power of Organizing Without Organizations*. New York: Penguin Press
- Schlozman Kay Lehman, Verba, Sidney and Henry Brady (2010). 'Weapon of the strong? Participatory inequality and the internet'. *Perspectives on Politics* 8(2): 487–510
- Stolle, Dietlind and Marc Hooghe (2011). 'Shifting Inequalities: Patterns of Exclusion and Inclusion in Emerging Forms of Political Participation'. *European Societies* 13(1): 119-142
- Sullivan, J. (2013) *China's Weibo: Is faster different?*, disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B1nnXuHnl_tMQ2I4dl9nd09JdVE/edit
- Teorell Jan, Torcal Mariano & José Ramon Montero (2007). "*Political participation: Mapping the terrain*", in van Deth Jan, Montero José Ramon and Anders Westholm (eds.) *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*. London: Routledge, 334-357
- Valenzuela, S., Arriagada, A. & Scherman, A. (2012) *The Social Media Basis of Youth Protest Behavior: The Case of Chile* in *Journal of Communication*, Vol. 62, disponível em http://www.academia.edu/1440275/The_Social_Media_Basis_of_Youth_Protest_Behavior_The_Case_of_Chile
- Vallina-Rodriguez et al. (2012) *Los Twindignados: The Rise of the Indignados Movement on Twitter in Privacy, Security, Risk and Trust (PASSAT), 2012 International Conference on and 2012 International Conferenece on Social Computing (SocialCom)* disponível em: <http://www.cl.cam.ac.uk/~nv240/papers/twindignados.pdf>
- Zukin, Cliff, Keeter, Scott, Andolina, Molly, Jenkins, Krista and Michael X. Delli Carpini (2006). *A New Engagement? Political Participation, Civic Life and the Changing American Citizen*. Oxford: Oxford University Press

Publicações Periódicas

CNN, disponível em: <http://money.cnn.com>

Exame, disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/redes-sociais-terao-dificuldade-apos-entrada-tardia-na-china>

Financial Times, disponível em: <http://www.ft.com>

Haaretz, disponível em: <http://www.haaretz.com/news/israeli-elections-2013/israeli-elections-news-features/live-blog-introducing-israel-s-33rd-government-coalition-1.510235>

Huffingtonpost, disponível em: http://www.huffingtonpost.com/martin-varsavsky/spanish-revolution-of-201_b_867156.html

Jornal Sol, disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=16266South
China Morning Post, disponível em: <http://www.scmp.com/news/china/article/1316598/exclusive-china-lift-ban-facebook-only-within-shanghai-free-trade-zone>
Spiegel Online, disponível em: <http://www.spiegel.de/international/world/netanyahu-suffers-setback-after-israeli-election-a-879214.html>
The Jerusalém Post, disponível em: <http://www.jpost.com/National-News/Trajtenberg-panel-conclusions>

Outros

Comisión Del Mercado de las Telecomunicaciones, disponível em: <http://informecmt.cmt.es/>
DRY (Democracia Real Ya): <http://www.democraciarealya.es/>
Economic Survey of Israel 2013, (ODCE), disponível em: <http://www.oecd.org/israel/israel-2013.htm>
EMarketeer, disponível em: <http://www.emarketer.com/Article/Which-Social-Networks-Growing-Fastest-Worldwide/1009884>
GlobalVoices, disponível em: <http://globalvoicesonline.org/2010/10/28/china-mapping-violent-evictions-for-homebuyer-awareness/>
Internet World Stats, disponível em: <http://www.internetworldstats.com>
Juventud Sin Futuro, disponível em: <http://juventudsinfuturo.net/sample-page/>
SemioCast, disponível em: http://semioCast.com/publications/2012_07_30_Twitter_reaches_half_a_billion_accounts_140m_in_the_US
SolTv, disponível em: <http://www.soltv.tv/soltv2/index.html>
Statista, disponível em: <http://www.statista.com>
Top On Social, disponível em: <http://www.toponsocial.com/facebook-pages/ca/>
Wallblog, disponível em: <http://wallblog.co.uk/2012/02/01/brazil-now-second-biggest-country-on-twitter-uk-fourth/>
Worldbank, disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>